



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 07/2016

“Institui o Programa Orçamento Cidadão do Município de Campo Largo e dá outras providências”.

Autor: Vereador João Marcos Cavalin Cuba

RELATÓRIO

Através deste expediente legislativo, a proposição do ilustre Vereador João Marcos Cavalin Cuba, consubstanciada na forma de Projeto de Lei sob n. 07/2016, submete à apreciação do Soberano Plenário Projeto de Lei epigrafado que: *“Institui o Programa Orçamento Cidadão do Município de Campo Largo e dá outras providências”*.

Regularmente despachado para a leitura, o Projeto de Lei, ao ser autuado no Departamento de Processo Legislativo recebeu o nº 07/2016, sendo enviado a esta Comissão Permanente a que compete a análise de sua constitucionalidade, legalidade e adequação regimental, conforme preconiza o art. 34 e 35 do Regimento Interno desta Câmara.

Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em exame, o Autor assinala, em síntese, que: *“(...) Tendo em vista o princípio fundamental do estado Democrático de Direito, consagrado pelo artigo 1º da Constituição Federal/88 e o*



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

princípio da publicidade, verifica-se a importância de um esforço municipal no sentido de esclarecer a população da melhor forma possível acerca da situação orçamentária anual.(...) A expansão da informação quanto ao orçamento contribui para o exercício da democracia, ao viabilizar maior interação dos indivíduos com o Município, além de concretizar uma responsabilidade a ele atribuída, na medida em que este é dotado de obrigações como de publicar os atos dos gestores públicos (...)"

Analisando o mérito do Projeto de Lei em comento se verifica que o mesmo esta em conformidade com os ditames presentes na Constituição da República, especificamente em seu artigo 37, a qual traz em seu arcabouço os princípios que devem servir de norte para todo ato da Administração Pública, sendo eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nesse sentido, o princípio da publicidade induz que os atos do Poder Público que afetem interesse da população devem ser providos de fácil e amplo acesso ao conhecimento de toda a comunidade, de modo a resguardar sempre a moralidade, transparência e acima de tudo a lisura administrativa.

Quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal, visto que o art. 40, III da Lei Orgânica do Município, infere que cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre as matérias de competência do Município, em especial:

“III - ao orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários”

Ademais, a Constituição Federal em seu art. 30, inciso I, estabelece competência aos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, no que se enquadra, sem dúvida, a matéria ora em análise.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Considerando, ainda, não estar afeta a competência privativa ao Prefeito Municipal, no aspecto regimental, faculta-se ao Vereador apresentar à Câmara Municipal medidas que julgar convenientes ao interesse do Município e de sua população.

Com estes fundamentos, a proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a constitucionalidade, legalidade e adequação técnica jurídica, manifestando-se, esta Comissão, pela admissibilidade do Projeto de Lei enunciado, reservando-se o direito de opinar sobre o mérito, por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

CONCLUSÃO DA COMISSÃO


A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO bem como a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, manifesta-se pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 07/2016, reservando-se o direito aos membros de opinar sobre o mérito, por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

Campo Largo, em 16 de junho de 2016.

Comissão de Justiça e Redação


João Marcos C. Cuba
Presidente



Dirceu Mocelin
Relator


Sueli Guarnieri
Membro

Comissão de Finanças e Orçamento

Luiz Antônio Rossatto
Presidente


Dirceu Mocelin
Relator


Rosicléa O. da Silva
Membro